

RELAÇÃO TRABALHO EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Janete Bernardo do Nascimento Marcelino¹

Resumo:

Neste trabalho temos como objetivo apreender a relação trabalho e educação no contexto atual de acumulação capitalista, esta análise está fundamentada em pesquisa bibliográfica. O texto é resultado da revisão do referencial teórico utilizado na graduação em Pedagogia e complementado com o referencial teórico do Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2009/2010). Para que posamos apreender a relação trabalho e educação: num primeiro momento faremos uma breve reflexão acerca do contexto capitalista neoliberal, em que a forma de acumulação passou por transformações que desencadearam uma série de novas exigências para manter o capital e recuperar a acumulação abundante, dentro desta perspectiva o Estado tem papel importante, na medida em que reformula suas políticas tornando-as neoliberais; no momento seguinte faremos a discussão de como as mudanças ocorridas nas formas de acumulação e as políticas neoliberais pedem uma educação que atenda as demandas do trabalho e da vida em sociedade que responda positivamente as necessidades do capital; ao percorrer esse raciocínio chegamos à afirmação de que a educação tem sido utilizada como instrumento, das elites capitalistas, para manter o domínio da produção de conhecimento, desta maneira impedindo a socialização do saber sistematizado para todos e aniquilando as possibilidades de formação politécnica aos trabalhadores.

Palavras-chave: Contexto neoliberal. Trabalho. Educação.

1. INTRODUÇÃO

Aproximar nessa discussão educação escolar e trabalho, se faz necessário para refletir como tal relação está se desenvolvendo no contexto neoliberal e qual o papel da educação escolar acerca da formação para o trabalho, numa perspectiva de enfrentamento às propostas de formação do trabalhador sem consciência do processo ao qual está inserido, uma vez que as propostas neoliberais para a educação promovem o domínio

¹ Mestranda em educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. email: janete_marcelino@hotmail.com.

intelectual pelas elites dominantes.

Em nossas pesquisas apreendemos que no contexto atual de políticas neoliberais, as propostas que delineiam o papel do Estado quanto à educação visam ampliar e perpetuar o sistema vigente. Para isso, a educação escolar tem sido usada como instrumento para a concretização desse sistema. Em outras palavras, a escola é usada como aparato ideológico de dominação. Não podemos dizer que a escola não socializa o saber, porém, a pergunta é: que saber essa escola tem socializado?

Para responder essa pergunta, cuja resposta está associada ao mercado de trabalho e ao modo de viver na sociedade atual, o presente artigo está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar faremos um breve relato do contexto atual conceituando neoliberalismo, em seguida, procuraremos conceituar e relacionar trabalho e educação no sentido de refletir sobre, como a escola está priorizando a formação para atender ao modelo de acumulação pós 1990 e não a formação humana; por fim, apresentaremos algumas reflexões acerca da especificidade da educação no que diz respeito à formação integral do sujeito.

2. O CONTEXTO NEOLIBERAL

A emergência e a consolidação do neoliberalismo compreendem o período de 1980 até o início dos anos 1990. Neste período ele se expande e tem suas primeiras manifestações como a privatização, desregulamentação das relações de trabalho, ajuste fiscal e monetário, desregulamentação dos mercados entre outros, buscando a exploração acima de tudo, sem nenhum limite. Neste contexto ocorre uma precarização do trabalho, aumento do desemprego (graças a alterações no processo de produção e reprodução do capital a nível mundial), assim cresce a miséria e a pobreza tornando as condições de vida desfavoráveis e com a corrosão das políticas sociais reforça as condições desfavoráveis para maior parte da população (VIANA, 2008).

Para Viana (2008), no caso dos países capitalistas subordinados², nos anos 1980 o

² Na divisão do trabalho internacional os países se encontram divididos entre os subordinados (como Brasil

neoliberalismo emergente é substituído pelo neoliberalismo hegemônico³ que aliado a expansão do capitalismo subordinado se configura numa consolidação ideológica e política do neoliberalismo. Com a consolidação dessa ideologia temos um aumento da exploração e da pobreza.

Ainda de acordo com Viana (2008), também é reforçador da hegemonia neoliberal a crise do capitalismo estatal e o desgaste ideológico e político do marxismo - leninismo que provocou mudanças nos movimentos de oposição (com a vitória da ideologia neoliberal e emergência do pensamento único) alguns permaneceram em oposição e outros foram em busca de novas inspirações políticas e teóricas. Para a flexão de tal relação, faz-se necessário expor o conceito geral de globalização que é à base da tendência neoliberal da forma com que ela está configurada no momento histórico atual. Podemos definir globalização como sendo um fenômeno capitalista e complexo, que se desenvolveu a partir da Revolução Industrial e atingiu seu ápice após a Segunda Guerra Mundial, como resultado da Revolução Tecnológica. Destacam-se como características da globalização: expansão do comércio; ampliação do mercado; comércio à distância; lucratividade; capital comercial; mercados transregionais; mundialização do consumo; mundialização de capital; mundialização tecnológica; empresas transnacionais; produção de bens; comunicação entre culturas; e outros.

Essa nova realidade global apresenta muitos pontos negativos como pontua Viana (2008) e Frigotto (1995)⁴, tais pontos são reforçados a partir da globalização, num processo de reestruturação produtiva, que pode ser resumidamente caracterizada como uma produção de mercadorias em função de seu valor de troca, para a maximização da lucratividade, desencadeando processos de acumulação e concentração de capitais e operando por princípios de exploração entre capital e trabalho.

Esse processo permite, por meio da repressão e do consenso de uma ideologia dominante, a manutenção do capital e buscar por meio da exploração da força de trabalho a

que possui uma economia subordinada aos países, considerados, ricos) e os capitalistas centrais (como EUA, que ditam as regras para a economia no resto mundo) (VIANA, 2008).

3 Fato que demonstram essa afirmação é a queda do muro de Berlim que representa o fim da resistência ao neoliberalismo e este se torna hegemônico no mundo (VIANA, 2008).

4 Maior distância sócio-econômica entre países ricos e pobres, competitividade internacional, desemprego, redução de salários, seleção/concorrência.

ampliação da acumulação (VIANA, 2008). Dentro desta perspectiva, o capitalismo desencadeia o que Frigotto (1995) chama de uma nova Revolução Industrial, que apresenta uma base técnica de tecnologia flexível e informatizada, e, necessita de um trabalho abstrato, na resolução de problemas e trabalho em grupo, e exige elevada qualificação para o grupo de trabalhadores estáveis, enquanto a qualificação para os desempregados não constitui problema.

Porém, tais características do modo de produção, acabaram por contribuir com a configuração da situação atual, que, para entendermos, precisamos fazer um breve relato histórico.

Para superar a crise de 1929, instaura-se o Estado de Bem-Estar, que através do Fundo Público, tido como “direito” da população, financia, por meio de medidas de auxílio à saúde, seguro desemprego, auxílio transporte, etc., a produção de capital das empresas, que juntamente com o modo de produção, propicia às empresas grande acumulação de capital que acaba por implementar grande avanço tecnológico, que conseqüentemente, propicia grande mobilidade às empresas. Tal mobilidade, para os capitalistas, leva os Estados às crises fiscais⁵ e desemprego (os principais fatores que levaram às crises de 1970). Para Frigotto (1995) reagindo a essa situação, o Estado, sob intervenção das agências transnacionais (BM, FMI, BIRD, etc.)⁶ e em “apoio” ao empresariado, apresenta uma proposta de qualificação humana⁷ e passa a usar o fundo público como incentivo às empresas e/ou suas organizações (FIESP, SESC, SESI, SENAI, etc.)⁸ para a

5 A crise fiscal ocorre quando o Estado, através da obtenção de recursos por meio de taxas e impostos incidentes sobre capital e trabalho, não consegue manter suas funções no que diz respeito ao bem estar social, nem gerar empregos através de investimentos estatais, incentivos ou subsídios e ao mesmo tempo aos investimentos de capital e à sua reprodução na forma de lucro (SILVA JUNIOR, 2002).

6 Banco Mundial - BM, Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

7 Aqui já se instaura o estado Mínimo, cuja proposta de qualificação humana é chamada de “ajuste neoconservador”. Esta proposta de base neoliberal, e encabeçada por “homens de negócios”, propõem uma educação básica, visando a polivalência e a policognição, sendo que esta última característica aparece apenas nos discursos e é a polivalência que vai contribuir mais eficazmente com a acumulação de capital (FRIGOTTO, 1995).

8 Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

implementação das propostas educativas dos “homens de negócios”, além de pagar com ele (o fundo público), emissoras de TV e rádio, a produzir programas culturais pouco assistidos ouvidos, por conta de seus horários. Na verdade, a falta de um controle da sociedade sobre os fundos públicos, faz com que a situação atual, cada vez mais aja de acordo com os ditames do mercado capitalista. Segundo Frigotto (1995, p.64):

[...] as leis históricas sob as quais opera o capitalismo não são harmônicas, mas contraditórias e conflitantes. O caráter contraditório do capitalismo, que o leva a crises periódicas e a ciclos abruptos e violentos, como demonstra Marx ao analisar a natureza do capitalismo e a sociedade capitalista nascente, não advém de algo externo, mas deriva da dominação do capital e exploração do trabalho.

Podemos perceber que o modelo de Estado altera-se devido às crises do capitalismo. Tais crises, cíclicas, estruturais e de superprodução⁹, são provocadas por conta da dinâmica do próprio sistema, onde a obtenção de lucros, acumulação e concentração de capital é primordial. Para superar tais crises, são estruturados modelos de Estado que vão formar diferentes tipos de cidadania e conseqüentemente de se pensar a educação, o sistema de ensino. No sentido educacional, é clara a transformação do Estado de caráter responsável para um Estado responsabilizante, que é uma forte marca do projeto neoliberal, conforme escreve Silva Junior (2002 p.33):

[...] é forte e pouco interventor no econômico e no social: forte porque produz políticas sobre diversas atividades de Estado; pouco interventor, pois impulsiona, segundo a ideologia liberal, um movimento de transferência de responsabilidades de sua alçada para a da sociedade civil, ainda que fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por ele produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais.

A educação como pertencente ao campo social sofre esse processo de desresponsabilização por parte do Estado, por isso é comum ver, hoje, nas escolas a comunidade sendo convidados a participar de diversas formas e em diferentes momentos

⁹ A superprodução se dá a partir do momento que a produção é coletiva, porém a apropriação é individual (FRIGOTTO, 1995).

(como festas juninas, mutirões para reparos na estrutura física, entre outros) como voluntários, colaboradores ou parceiros. Porém, no que diz respeito ao papel do Estado para com a educação ele se faz forte nos processos de avaliação, desta forma mantém o controle sobre o saber socializado na instituição escolar. Para Viana (2008) o Estado neoliberal se manifesta como Estado Mínimo (em políticas sociais) e forte (nas políticas repressivas), de forma que mantém a situação sustentável e impedindo a população de se revoltar contra o processo de acumulação capitalista atual.

Para entender como se dá o controle do saber na escola se faz necessária a conceituação de trabalho, educação e como se dá a relação de ambos dentro desta perspectiva.

3. TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO INTERMEDIADA PELA NECESSIDADE DO CAPITAL

Podemos conceituar trabalho como a atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, para produzir riqueza. É a transformação de matérias naturais em produtos para atender as necessidades dos homens e conseqüentemente da sociedade.

Para Saviani (1991) o que faz do homem um ser diferente dos outros animais é a forma com que se relaciona com a natureza, os animais em geral, para sobreviver, se adaptam a natureza, o homem ao contrário, garante sua sobrevivência adaptando a natureza a si, isto é, transformando-a e faz isso através do trabalho. De acordo com Kuenzer (1988) não é só o homem que trabalha outros animais também o faz. Então o trabalho realmente faz tal diferenciação entre homens e outros animais? Para essa autora existe uma característica fundamental no trabalho humano que permite uma afirmação, os animais que realizam trabalhos fazem por determinação genética e isso permite que ele realize sua tarefa sem refletir, sem planejar sua ação, diferentemente dos humanos (Kuenzer, 1988, p. 29):

[...] verifica-se que a característica diferenciadora do trabalho humano é

sua possibilidade transformadora e dinâmica; o homem é o único ser na natureza capaz de conceber a sua ação anteriormente a sua execução e de avaliá-la a partir de fins determinados. Assim o trabalho se apresenta como momento de articulação entre subjetividade e objetivação[...]

Desta forma percebemos duas dimensões intrínsecas ao trabalho humano, decisão e ação se apresentando de maneira inseparável.

Porém, ao fazermos uma análise social do trabalho considerando as idéias de Netto (2006), não devemos pensar o trabalho apenas como a atividade desempenhada restritamente por homens, membros de uma sociedade, que através de um meio de trabalho (instrumento ou conjunto de instrumentos) faz a mediação na relação entre o sujeito e o objeto, transforma formas naturais em produtos (objetivações cuja existência é independente do sujeito que a criou) para suprir suas necessidades criam a riqueza social; devemos pensar o trabalho, também, como o processo histórico pelo qual nasceu o ser social, já que o trabalho não transforma somente a natureza, transforma também o seu sujeito que deve interagir e organizar-se junto aos membros de sua sociedade.

Assim, “estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal” (Netto, 2006 p.34), ou seja, o trabalho cria relações fundamentais que constituem o ser histórico, ou melhor, o ser social que vai se constituindo ao longo do processo histórico. Dessa forma, é o ser social que forma o gênero humano, uma vez que quanto mais os homens absorvem as objetivações do ser social, mais se humanizam e mais sociável se tornam.

Podemos então, afirmar que “o trabalho está na ontologia do ser humano”, ou seja, o trabalho está intrínseco no ser humano, já que é do trabalho que nasce o ser social e é a partir do ser social e as relações deste que o indivíduo se humaniza e assim surge o ser humano propriamente dito.

A partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê instigado e motivado a propagar e a universalizar os conhecimentos que adquiriu. Seguindo esta linha de raciocínio, temos o conhecimento como fruto do saber gerado nas relações sociais, do homem em contato com a natureza e com outros homens, portanto, conhecimento histórico, social e de origem coletiva. Em outras palavras, ao longo de sua existência, o homem vai agregando conhecimentos e valores sócio-culturais, transformando-se em suas

relações sociais, isto é, humanizando-se e tornando-se uma pessoa "melhor". A educação se destina à promoção do homem, é um meio de transformação. Neste sentido, vale referir Brandão (2005, p.12), “[...] a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros[...]”. Também, segundo Brandão (2005, p. 7):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Podemos definir educação como uma prática social, ou melhor, uma situação temporal e espacial determinada, voltada para ensinar e aprender (saberes) para a formação de tipos de sujeitos de acordo com sua cultura/ sociedade em determinado momento histórico do desenvolvimento social. Dessa forma, a educação não é imutável, pelo contrário, ela acompanha as relações sócio-culturais do período vivido e segundo Saviani (1991, p.20) ela é trabalho não-material, na medida em que o homem foi se organizando no “processo de produção de sua existência”, a subsistência se fez necessária, desta forma começou a agir sobre a natureza para transformá-la. Porém, isso foi se tornando amplo e complexo e para produzir de forma que atendesse as necessidades, tinha que se organizar antecipando as idéias, a ação e seus objetivos, ou seja, refletir sobre sua ação, sistematizar os conhecimentos e socializá-los. Por isso chamamos de trabalho não-material. Conceituado por Saviani (1991, p.20):

[...] pertencendo ao âmbito do trabalho não-material, tem a ver com idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades, tais elementos, entretanto, não lhe interessam em si mesmos, como algo exterior ao homem.

Este autor defende que a educação não tem sentido em si mesma, mas só é relevante por ser uma prática social. E como o conhecimento é produzido socialmente pela humanidade deve ser distribuído como "herança" para os sujeitos sociais, no entanto ha

desigualdade entre os sujeitos no desenvolvimento histórico e essa forma desigual impede que todos sejam reconhecidos como portadores de direitos a essa "herança".

Ao relacionarmos trabalho e educação, percebemos que assim como o desenvolvimento do ser social jamais se manifestou igualmente no desenvolvimento da humanização de todos os homens; até hoje, “o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma humanização extremamente desigual, ou seja, o processo de humanização tem custado o sacrifício da maioria dos homens” (Netto, 2006 p.46); na transmissão do conhecimento, ou melhor, na educação escolar ocorre o mesmo, pois a elaboração, organização e sistematização do saber são feitas privadamente pelos mesmos que dominam os meios de produção, ou seja, a classe dominante além de deter o controle da produção material também domina a produção intelectual. Como o interesse do capital está no seu domínio intelectual, este faz uso da escola que é um local específico de socialização do conhecimento sistematizado entre as gerações, para reproduzir sua ideologia. Então, quando Kuenzer (1988, p.36), afirma que:

[...] se toda ação do homem sobre a natureza para transformá-la é trabalho, então todas as formas de educação se constituem em educação para o trabalho, e têm, ao mesmo tempo, uma dimensão teórica e uma dimensão prática.

Podemos entender que não é pertinente a desigualdade de distribuição do conhecimento, que gera divisão do trabalho em intelectual e manual, sendo que o trabalho intelectual está nas mãos dos poucos que dominam os meios de produção e consequentemente dominam os conhecimentos científicos. O trabalho manual fica a cargo da maioria da população que não têm acesso (por restrição dos países neoliberais hegemônicos¹⁰) aos conhecimentos teóricos científicos.

Antunes e Alves (2004) apontam que nessa separação entre trabalho manual e intelectual gerou, por parte do trabalho manual, a perda da relação intrínseca entre ser

¹⁰ De acordo com Frigotto (2006) essa divisão do trabalho entre manual e intelectual não se dá apenas no âmbito nacional sua expressão mais cruel se dá na divisão social do trabalho em âmbito mundial, em que países do capitalismo hegemônico são produtores e detentores do conhecimento sistematizado e que o libera em pequenas porções, aos países, capitalistas subordinados na medida da necessidade do capital em produzir respostas dos trabalhadores que executam o trabalho manual.

humano e trabalho. Perdendo as características próprias do trabalho humano (pensar planejar e agir), tornando o trabalho uma ação alienada e estranha ao sujeito que a realiza, fazendo da exploração da força de trabalho humana uma ação desumana e brutal.

O capitalismo visando o lucro destrói a humanidade do sujeito e passa a exigir do trabalhador habilidades e competências para a polivalência¹¹. Para atender as novas necessidades de acumulação educação escolar passa por um processo de mercantilização, em que as dinâmicas empresariais são previstas nos currículos e valorizam a competitividade, produtividade, utilidade e individualidade, valores próprios da sociedade do capital. Como aponta Silva Junior (2002, p. 18).

A educação mercantiliza-se em todos os seus aspectos segundo a mesma matriz teórico-político-ideológica do Estado, na sua gestão e no seu conteúdo curricular, ambos baseados e legitimados pela ausência de sensibilidade com o social e por uma racionalidade científica instrumental.

Isso ocorre, para Frigotto (1995), porque as leis de mercado é que regem as relações humanas, o que implica em diminuição da intervenção do Estado, como forma de superação da crise. *“a pedra de toque dos neoconservadores está na crítica à excessiva intervenção e agigantamento do Estado, e postula-se, como remédio, à volta da “regulação” do mercado e às políticas monetaristas”* (1995, p. 142). A educação, desta forma, responde as necessidades do capital quando solicitada a formação do trabalhador do tipo necessário ao modelo de acumulação, um tipo idealizado que responda as perspectivas

11 Entende-se a ampliação da capacidade do trabalhador para aplicar novas tecnologias, sem que haja mudança qualitativa desta capacidade. Ou seja, para enfrentar o caráter dinâmico do desenvolvimento científico-tecnológico o trabalhador passa a desempenhar diferentes tarefas usando distintos conhecimentos, sem que isto signifique superar o caráter de parcialidade e fragmentação destas práticas ou compreender a totalidade. A este comportamento no trabalho corresponde a interdisciplinaridade na construção do conhecimento, que nada mais é do que a interrelação entre conteúdos fragmentados, sem superar os limites da divisão e da organização segundo os princípios da lógica formal. Ou seja, a uma “juntada” de partes sem que signifique uma nova totalidade, ou mesmo o conhecimento da totalidade com sua rica teia de interrelações; ou ainda, uma racionalização formalista com fins instrumentais e pragmáticos calcada no princípio positivista da soma das partes. É suficiente usar os conhecimentos empíricos disponíveis sem apropriar-se da ciência, que permanece como algo exterior e estranho (KUENZER, 2002, p. 11).

de crescimento da lucratividade pelos capitalistas sem representar perigo às formas de acumulação do capital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vamos retomar a pergunta: que saber essa escola tem socializado? A resposta indica, de forma geral, para um saber que atende as necessidades momentâneas do capital, que é liberado para a classe trabalhadora em "porções", de acordo com a necessidade do modelo de acumulação, não permitindo ao sujeito o acesso ao conhecimento científico que possibilite reflexão e visão totalizada do processo, reduzindo o trabalho a uma ação reprodutora da hegemonia neoliberal. A classe dominante, de geração em geração, tem centralizado o conhecimento científico mantendo o domínio das tecnologias e conseqüentemente da sociedade.

Para superar essa histórica divisão do trabalho, defendemos que a educação escolar deva ser unitária e politécnica¹² com formação omnilateral¹³, ou seja, não apresentar uma formação para as camadas populares e outra para as elites, desta forma, o trabalhador terá conhecimento científico-intelectual das especificidades do processo em que está inserido e o sujeito terá condições de chegar a sua totalidade de capacidades.

Em outras palavras, a educação escolar não deve priorizar o mercado de trabalho como meta, formando os indivíduos para a execução técnica de determinadas tarefas sem refletir e organizar suas ações mentalmente antes de fazê-las e sim possibilitar ao sujeito tomar posse da sua herança histórica e culturalmente acumulada pelas gerações passadas, ou seja, o conhecimento científico. A escola deve oferecer de fato uma educação de

12 Significa o domínio intelectual da técnica e a possibilidade de exercer trabalhos flexíveis, recompondo as tarefas de forma criativa; supõe a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento mais abstratas, de crítica, de criação, exigindo autonomia intelectual e ética. Ou seja, é mais que a soma de partes fragmentadas; supõe uma rearticulação do conhecido, ultrapassando a aparência dos fenômenos para compreender as relações mais íntimas, a organização peculiar das partes, descortinando novas percepções que passam a configurar uma compreensão nova, e superior, da totalidade, que não estava dada no ponto de partida (KUENZER, 2002, p. 11).

13 Chegar a uma totalidade de capacidades, ao mesmo tempo, totalidade de capacidade de consumo e gozo, sobretudo usufruir os bens espirituais (culturais e intelectuais) e os materiais (MANACORDA, 1991).

qualidade, possibilitando ao sujeito uma visão crítica de sua realidade, ou seja, o entendimento do processo ao qual está inserido numa visão de sua totalidade.

Assim, a educação escolar poderá contribuir para um rompimento com a exclusão social, implementando uma nova forma de industrialização e um processo educativo que esteja centrado no desenvolvimento do ser social e não no desenvolvimento do capital.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 04 set. 2009.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. 44ª Ed. Brasiliense, São Paulo. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. p.59-90, 135-193.

FRIGOTTO, Gaudêncio; Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil hoje. In: **Educação Básica de nível médio nas áreas de reforma agrária: textos de estudo**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. S/C: S/E. Boletim da Educação, S/A, n. 11, setembro, 2006.

KUENZER, Acácia. **Ensino de segundo grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1988.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão excludente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. IN: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICI, José Luis (Orgs.) **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANE, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Cortez, autores associados, 1991.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xaruã, 2002. p.9-39.

VIANA, Nildo. Breve histórico do neoliberalismo. **Revista Enfrentamento**. no- 5, jul./dez. 2008. Disponível em <http://movaut.ning.com/page/revistaenfrentamentoenfrentamento@yahoo.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2010.